

SUMÁRIO

PARTE GERAL

- 1.1. Princípios e características do direito penal
- 1.2. Aplicação da lei penal no tempo
- 1.3. Aplicação da lei penal no espaço
- 1.4. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior
- 1.5. Crime consumado e crime tentado
- 1.6. Crime impossível
- 1.7. Sujeitos ativo e passivo do delito
- 1.8. Elementos estruturais do crime
- 1.9. Da relação de causalidade
- 1.10. Crime doloso, culposo e preterdoloso
- 1.11. Antijuridicidade (ilicitude)
- 1.12. Culpabilidade
- 1.13. Estudo do erro
- 1.14. Classificação dos crimes
- 1.15. Concurso de pessoas
- 1.16. Concurso de crimes
- 1.17. Das penas
- 1.18. Causas de extinção da punibilidade

PARTE ESPECIAL

- 2.1. Crimes contra a vida
- 2.2. Das lesões corporais
- 2.3. Crimes de periclitação da vida e da saúde
- 2.4. Crimes de rixa
- 2.5. Crimes contra a honra
- 2.6. Crimes contra a liberdade individual
- 2.7. Crimes contra o patrimônio
 - 2.7.1. Furto
 - 2.7.2. Roubo e extorsão
 - 2.7.3. Apropriação indébita
 - 2.7.4. Estelionato
 - 2.7.5. Receptação
 - 2.7.6. Disposições gerais
 - 2.7.7. Outros crimes contra o patrimônio
 - 2.7.8. Crimes contra a propriedade imaterial

- 2.8. Crimes contra a dignidade sexual
- 2.9. Crimes contra a incolumidade pública
- 2.10. Crimes contra a paz pública
- 2.11. Crimes contra a fé pública
- 2.12. Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública
- 2.13. Crimes praticados por particular contra a administração em geral
- 2.14. Crimes praticados contra a administração da justiça

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

- 3.1. Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006)
- 3.2. Lei de Drogas (Lei 11.343, de 2006)
- 3.3. Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072, de 1990)
- 3.4. Crimes de Tortura (Lei 9.455, de 1997)
- 3.5. Abuso de autoridade (Lei 4.898, de 1965)
- 3.6. Crimes de trânsito (Lei 9.503, de 1997)
- 3.7. Nova Lei de Combate às Organizações Criminosas (Lei 12.850, de 2013)
- 3.8. Interceptações telefônicas (Lei 9.296, de 1996)
- 3.9. Lavagem de capitais (Lei 9.613, de 1998)
- 3.10. Crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137, de 1990)
- 3.11. Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003)
- 3.12. Crimes de preconceito (Lei 7.716, de 1989)
- 3.13. Execução penal (Lei 7.210, de 1984)
- 3.14. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 1990)
- 3.15. Crimes ambientais (Lei 9.605, de 1998)
- 3.16. Crimes militares (Dec.-lei 1.001, de 1969)
- 3.17. Crimes contra as relações de consumo (Lei 8.137, de 1990)
- 3.18. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492, de 1986)
- 3.19. Crimes licitatórios (Lei 8.666, de 1993)
- 3.20. Lei de remoção de órgãos e tecidos (Lei 9.434, de 1997)
- 3.21. Crime de clonagem humana (Lei 11.105, de 2005)
- 3.22. Crime contra o parcelamento do solo urbano (Lei 6.766, de 1979)
- 3.23. Crimes contra a ordem econômica (Lei 8.176, de 1991)
- 3.24. Lei de Contravenções Penais (Dec.-lei 3.688, de 1941)
- 3.25. Crimes do Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003)
- 3.26. Crimes contra o planejamento familiar (Lei 9.263, de 1996)
- 3.27. Crimes de genocídio (Lei 2.889, de 1956)
- 3.28. Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815, de 1980)
- 3.29. Lei de Segurança para Estabelecimentos Financeiros (Lei 7.102, de 1983)
- 3.30. Lei de Identificação Criminal (Lei 12.037, de 2009)

3.31. Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099, de 1995)

3.32. Tráfico de pessoas (Decretos 5.948/2006 e 7.901/2013)

BIBLIOGRAFIA